

IDEIAS E IMPRESSÕES SEGUNDO DAVID HUME

Marcelo Ribeiro da Silva

Graduando do Curso de Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC.

RESUMO

O presente artigo busca abordar o conhecimento a partir do pensamento de David Hume, o mesmo a partir de suas inquietudes intelectuais acerca da origem do conhecimento afirma que o ponto de partida é uma classificação de tudo aquilo que se dá a conhecer como sendo impressões e ideias. A sua teoria trata, portanto, de um novo passo em relação à teoria de John Locke, segundo o qual a nossa mente é uma folha em branco, só a partir da experiência é que conseguimos inserir ou construir conhecimento. Os conteúdos do conhecimento são para Hume matérias de fato, mas não se reduzem a isto. São também relações entre as ideias. Diante estas colocações, podemos notar que David Hume fundamenta sua teoria sobre o conhecimento na experiência, para quem todos os conteúdos presentes na mente humana são percepções.

Palavras-chave: Conhecimento. Ideias. Impressões. Experiência.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade nos apresentar a partir do pensamento de David Hume¹, uma abordagem acerca do que seja conhecimento ou como se dá o mesmo. Tudo aquilo que conhecemos é empírico, sensível, ou seja, só podemos conhecer através da experiência. O objeto central de seu pensamento é a percepção, sendo esta dividida em duas espécies: ideias e impressões. As impressões são as percepções originárias, que se apresentam com maior força e vivacidade, exemplo disto são as sensações, paixões e emoções enquanto que as ideias são as imagens enfraquecidas que a memória produz a partir das impressões.

Deparamo-nos, pois, com o avanço humiano em relação à teoria de John Locke, pelo qual está de acordo, sendo que “a nossa mente é como uma tabula rasa, uma folha de papel em branco, na qual não se tem nada escrito, só a partir da experiência é que são impressos os nossos conhecimentos e a nossa construção do saber”.

Segundo Hume, a percepção nos faz enxergar de forma diferente, ou seja, como podemos chegar ao conhecimento dos objetos que nos são apresentados todos os dias e dos quais temos curiosidades em conhecê-los. Este termo percepção é utilizado por Hume para designar a totalidade dos fatos mentais e das operações volitivas, sendo que esta, por sua vez, é dividida em duas espécies: ideias (percepções fracas/ resultados da imaginação/ secundárias) e impressões (percepções fortes/ resultados dos sentidos/ são primárias).

Podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e de vivacidade. As menos fortes e menos vivas são geralmente denominadas pensamentos ou idéias. A outra espécie [...] sob um termo ou nomenclatura geral [...] impressões, todas as nossas percepções mais vivas, quando ouvimos, vemos, sentimos, amamos, odiamos, desejamos ou queremos. E as impressões diferenciam-se das idéias, que são as percepções menos vivas, das quais temos consciência, quando refletimos sobre quaisquer das sensações [...] (HUME, 1999, p.35 - 36).

¹ Foi um filósofo empirista que tratou do problema da origem do conhecimento, cético em relação à metafísica e utilitário altruísta em assuntos morais e políticos. Concebeu a teoria filosófica de que o homem é muito mais um ser prático e sensitivo do que racional.

Todas as percepções do espírito humano reduzem-se a duas espécies diferentes ou distintas que são denominadas como impressões e ideias. A diferença entre as duas encontra-se no grau de força e vivacidade, que são um índice natural e praticamente inequívoco de diferenciação entre os dois tipos de percepção, sendo que as ideias são tomadas por ele como as mais fracas e débeis, cópias das impressões na memória ou na imaginação e as impressões são mais fortes e vivas, referindo-se sempre as sensações, paixões e emoções. Na *Investigação Acerca do Entendimento Humano*² a partir de uma reflexão aprofundada da a entender que a capacidade de distinguir entre ideias e impressões poderia até servir para discernir entre normalidade e doença, entre sanidade e loucura. Sendo que, os graus comuns dessas qualidades (a força e a vivacidade das impressões e ideias) são facilmente distinguíveis, embora não seja impossível em certos casos particulares a aproximação uma das outras. Um exemplo prático sobre isto é quando sob o sono, a febre, a loucura, ou quaisquer emoções muito violentas da alma, nossas ideias podem se aproximar de nossas impressões. A força e a vivacidade marcam para nós características que nos fazem distinguir naturalmente, e em circunstâncias normais, o sentir do pensar. É possível confundir impressões e ideias se devido a algum tipo de desordem ou distúrbio uma adquirir extrema vivacidade e força. E, inversamente, certas impressões podem ser tão débeis a ponto de ser tomadas por ideias. Isso ocorre porque a diferença de graus de força não implica uma distinção ontológica entre nossas percepções, ou seja, para Hume aquela ideia que tenho do vermelho formada no escuro e a impressão que atinge nossos olhos sob a luz do sol diferem apenas em grau e vivacidade, e não em natureza. A distinção, entre uma e outra ocorre pelo grau de força com que nos é apresentada ou com que nos é experimentada. As impressões serão sempre mais fortes, mais vivas que uma ideia, enquanto esta deriva necessariamente da impressão que, será sempre menos forte.

IDEIAS E IMPRESSÕES

² Em 1748, David Hume publica os *Ensaio Filosóficos sobre o Entendimento Humano*, título posteriormente mudado para *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. Na obra *Investigação Acerca do Entendimento Humano*, Hume critica a ideia de causalidade presente nas grandes concepções metafísicas tradicionais. O ponto de partida é, pois, uma classificação de tudo aquilo que se dá a conhecer como sendo de dois tipos: impressões e ideias.

Tendo como elementos principais de seu pensamento as impressões e as ideias, David Hume nos apresenta alguns pontos importantes relacionados às mesmas. A impressão é sempre um dado da experiência e uma presença imediata, por serem percepções originais, elementos primeiros da experiência, sendo estas percepções fortes. As ideias são percepções que constituem o nosso pensamento, a nossa imaginação, podendo parecer de alguma forma reflexos das impressões, de modo que todas as percepções da mente são duplas, ou seja, aparecem como impressões ou com ideias.

A partir daí surge o primeiro princípio da filosofia de Hume, portanto, chamado de princípio da cópia, ou seja, as ideias nunca podem chegar a alcançar o grau de conhecimento alcançado pelas impressões, por serem cópias da mesma. Um exemplo disto é uma fotografia que alguém tira de uma fazenda em João Pessoa, isso seria a impressão, enquanto alguém ao reproduzir esta fotografia em forma de desenho seria, pois, a ideia.

Quando refletimos sobre nossas sensações e impressões passadas, nosso pensamento é um reflexo fiel e cópia desses objetos com vivacidade, porém as cores que emprega são fracas e embaçadas em comparação com aquelas que revestiam nossas percepções originais (HUME, 1996, p. 35).

Nada existe previamente no pensamento, ou seja, todas as nossas ideias possuem uma origem empírica, portanto Hume rejeita totalmente a existência de ideias inatas, estando de acordo com a teoria de Locke: a ideia é um dado secundário (*a posteriori*) resultado da imaginação.

Existem impressões e ideias simples e complexas. As simples são indivisíveis enquanto que as complexas são agrupáveis e divisíveis, ou seja, percepções ou impressões e ideias simples são aquelas que não admitem distinção ou separação. As complexas, ao contrário daquelas, podem ser distinguidas em partes. A divisão dos conceitos mentais entre simples e complexos mostra que é possível isolar qualquer qualidade sensível que esteja porventura unida numa mesma percepção, decompondo-a nas várias sensações que a constituem. A decomposição das percepções complexas em elementos simples indica, em primeiro lugar, um limite da análise empirista. Ao analisar uma percepção usando o exemplo da maçã, podemos distinguir ideias

ou impressões simples em elementos como a cor, a forma e o sabor e complexas a maçã em si a qual posso dividir em várias partes simples e indivisíveis. Todas as impressões e ideias complexas, portanto, derivam das simples. Hume chega a conclusão de que, se as impressões antecedem sempre as ideias, não há verdades necessárias a priori, porque tudo vem ou parte da experiência, ou seja, só podemos conhecer ou construir conhecimento a partir da experiência.

É devido à diferença e a separação que Hume poderá postular outro princípio geral da ciência da natureza humana: a liberdade da imaginação, ou seja, onde quer que a imaginação perceba uma diferença entre ideias, ela pode facilmente produzir uma separação, pois, esta tem a liberdade de poder variar. O poder que é atribuído a imaginação é, pois, a prova de existência de ideias complexas, porque só a partir da possibilidade de separá-las é que a imaginação consegue criar novas ideias sem impressão diretamente correspondente. A liberdade da imaginação explica o modo como são formadas todas as ideias fictícias que o homem consegue conceber, sendo que estas ficções não possuem correspondência estrita com quaisquer impressões dos sentidos. Dizer, pois, que a imaginação do homem é livre, não significa afirmar que ele desfruta de poderes absolutos, pelo contrário, a capacidade combinatória que a caracteriza está longe de ser ilimitada.

Entretanto, embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificaremos, através de um exame mais minucioso que ele está realmente confinado dentro de limites muito reduzidos e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência. (HUME, 1996, p. 36)

Portanto, é notório que os materiais do pensamento são derivações de nossas sensações externas ou internas, ou seja, o que há no pensamento são apenas sensações que abstraímos de vários objetos, e, de modo criativo formamos diversas combinações. Sendo que as combinações formadas possuem dependência do espírito e da vontade que as organizam.

ASSOCIAÇÃO DE IDEIAS

É pela associação de ideias que Hume dá conta de explicar, porque a imaginação apesar de ser livre, em geral procede de maneira regular, e porque as ideias apesar de sua independência têm certa ordenação. Para ele, a associação de ideias é norteadas por três princípios: semelhança (representação), contigüidade (extensão) e causalidade (associação). Agindo sobre a imaginação, as três oferecem ou fornecem coerência e regularidade aos dados imediatos dos sentidos e as ideias da memória. São as responsáveis pelo fato de que em geral as mesmas ideias simples se reúnem nas mesmas ideias complexas. O primeiro, princípio de semelhança são objetos que se assemelham um a outro, como exemplo uma fotografia me faz vir a mente a personagem que representa. O segundo, princípio de contigüidade se um historiador tenta escrever a história da Europa durante um século seria, pois, influenciado pela conexão de contigüidade no tempo e no espaço e o terceiro, princípio de causalidade (causa e efeito), a ideia de causa me suscita a de efeito e vive-versa, por exemplo, ao pensarmos em uma ferida, dificilmente nos abstermos da dor que a mesma provoca ou ao pensarmos no fogo, sou inevitavelmente levado a pensar no calor ou então na fumaça que dele se desprende, e vive-versa.

Hume reconhece três únicos princípios desta natureza: a semelhança, a contigüidade no tempo e no espaço e a causalidade. Um retrato, por exemplo, conduz naturalmente os nossos pensamentos para o seu original (semelhança); a recordação de um quarto de uma casa leva a pensar em outros compartimentos da mesma (contigüidade); uma ferida faz pensar seguidamente na dor que dela deriva (causa e efeito) (ABBAGNANO, 2000, p. 200).

Os princípios de associação atuam, ainda, como forças que tornam regulares as conexões estabelecidas entre as ideias da memória e os dados dos sentidos, ordenando a multiplicidade de nossas percepções e dotando-a de certa unidade e sistematicidade. Sem essas relações, o fluxo de ideias correria a esmo, o pensamento não possuiria nenhuma coerência a não ser acidentalmente, e a coleção de percepções que compõe a mente jamais se tornaria um sistema.

Para Hume, diferentemente de Locke, é através da associação que ideias e impressões que afetam a mente se ligam de modo coerente e regular. Longe de ser um mau funcionamento da mente, é a associação que, ao

produzir sempre as mesmas tendências na imaginação, conecta esses conteúdos de forma constante e regular. Para John Locke, a associação de ideias era vista como fonte de relações incorretas, devidas ao acaso ou a certos hábitos mentais. Nossas percepções são segundo David Hume ao tratar de ideias e impressões, independentes e desprovidas de relações intrínsecas. Mas, em nossa mente, graças aos efeitos das relações naturais, elas encontram uma ordem e uma articulação.

O NOMINALISMO HUMIANO: RELAÇÕES ENTRE IDEIAS E DADOS DE FATO

Hume está de acordo com o pensamento de George Berkeley, no qual todas as ideias gerais são simplesmente ideias particulares conjugadas a certa palavra, sendo que esta lhe dá um significado mais extenso e, ocorrendo, faz com que recordem outras individuais semelhantes a elas. Os defensores da existência de ideias universais dizem que o intelecto humano é capaz de distinguir mentalmente aquilo que não está separado na realidade, mas, para David Hume só é distinguível aquilo que é separável.

Analisando o princípio humiano de que a ideia difere no grau de intensidade e vivacidade da impressão comporta, pois que, cada ideia nada mais seja do que uma imagem, sendo individual e particular. O grande questionamento é: como é possível uma ideia particular, ser utilizada como ideia geral, e como a simples conjunção com uma palavra pode tornar isso possível?

Segundo nos atesta Hume, citado por Reale, percebemos semelhanças que se estabelecem entre as ideias de coisas que se apresenta diante de nós pouco a pouco, semelhança esta que até nos permite dar a elas (as coisas) o mesmo nome, prescindindo assim das diferenças de grau, de qualidade e quantidade que elas podem apresentar. A partir daí passamos a adquirir um “hábito”, ou seja, ao ouvirmos um nome ou a palavra várias vezes, desperta em nossa memória uma daquelas ideias particulares que designamos com aquele nome ou palavra.

O costume é, pois, o grande guia da vida humana. É o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma

série de eventos semelhantes aqueles que apareceram no passado. Sem a influência do costume, ignoraríamos completamente toda questão de fato que está fora do alcance dos dados imediatos da memória e dos sentidos (HUME, 1999. p.63).

Para Hume, existem objetos presentes na mente humana que podem ser divididos em dois gêneros: relação de ideias e dados de fato. A primeira limita-se somente aquilo que é ideal, não o que existe ou pode existir. A aritmética, a álgebra e a geometria são, pois, constituídas de meras “relações de ideias”. Estabelecidos os significados dos números, por exemplo, nós obtemos por mera análise racional que três vezes cinco é a metade de trinta, e todas as outras proposições desse gênero, proposição esta tratada substancialmente sobre o princípio de não-contradição. Este conhecimento de relação de ideias independe dos fatos e não nos dá novas informações, pois, o mesmo consiste em estabelecer relações entre as ideias que fazem parte da afirmação ou de um pensamento. Enquanto que os dados de fato nunca poderão implicar uma contradição, é sempre possível o contrário de um dado de fato qualquer, os mesmos são concebidos pela mente com a mesma facilidade e a mesma distinção como se fosse extremamente conforme a realidade, pois, é baseado na experiência sensível e proporcionado pelas nossas impressões.

O exame crítico de David Hume é justamente baseado sobre a relação entre causa e efeito. Para o mesmo, todos os raciocínios que dizem respeito à realidade dos fatos parecem fundados na relação de causa e efeito, só assim podemos ultrapassar a evidência de nossa memória e dos sentidos. Todo efeito depende, para existir, de uma causa. A relação causal forma um dos principais eixos do empirismo humiano, sendo esta relação responsável pela articulação dos registros da memória e exerce um papel essencial para a própria constituição da experiência. A partir das impressões ou ideias presentes na nossa memória formamos um tipo de sistema, compreendendo o que quer que nos lembremos que tenha estado presente às nossas percepções ou sentidos. Portanto, a relação causal permite-nos ir além dos dados imediatos dos sentidos e dos registros da memória fazendo inferir a existência de algo que não nos é dado.

É, portanto, o princípio de causalidade que vai garantir a mínima consistência dos fatos e nesta relação o efeito possui consistência porque é um fato em ato enquanto que a causa é em potência. Esta relação não pode ser reconhecida a priori, com o puro raciocínio, mas apenas pela experiência. Ninguém pode, pois, conhecer um objeto apenas raciocinando sobre ele e sim somente depois de tê-lo experimentado descobrindo assim suas causas e seus efeitos. Assim, podemos concluir que para Hume os fundamentos das nossas conclusões sobre a relação entre causa e efeito é a experiência. A relação entre causa e efeito nunca pode ser conhecida a priori (puro raciocínio), mas apenas por meio da experiência.

CONCLUSÃO

David Hume nos apresenta o conhecimento como aquele que deriva da experiência. Sendo este conhecimento constituído de impressões e idéias. As impressões, como aquelas que possuem mais força, são mais vivas e englobam as sensações, emoções e paixões, correspondendo a uma experiência presente, sendo aquela que dá alicerce para o início de todos os conhecimentos. As ideias são meras representações ou simplesmente imagens enfraquecidas de nossas impressões no pensamento.

Os conteúdos do conhecimento são, para Hume, matérias de fato, não se reduzindo apenas a isso, são também relações entre as ideias.

Não podemos, portanto, ultrapassar o que a experiência nos permite, é, pois, a partir da mesma que podemos conhecer a relação existente entre causa e efeito. Só podemos possuir um conhecimento a posteriori, já que a experiência é tida como única fonte de validade de todos os conhecimentos de fato.

Conclui-se, que, para David Hume, é o hábito que nos leva a inferir esta relação existente entre causa e efeito de dois fenômenos, pois, se no passado ocorreu fatos seguidos de outros é a nossa esperança também que no presente e no futuro ocorra da mesma forma. Para tanto descarta as bases racionalistas do entendimento humano, ligando-a a força do hábito e do costume, ou seja, a repetição de um ato produz em nós uma disposição para renovar o mesmo ato sem a intervenção do raciocínio.

ABSTRACT

This article seeks to address the knowledge from the thought of David Hume, even from their concerns about the intellectual origin of knowledge states that the starting point is a classification of all that makes itself known as impressions and ideas . His theory is therefore a further step toward the theory of John Locke, under which our mind is a blank sheet, just from experience that it is able to insert or build knowledge. The contents of knowledge are matters of fact to Hume, but not limited to this. Are also relationships between ideas. Given these statements, we can see that David Hume bases his theory of knowledge in experience, to whom all the contents present in the human mind are perceptions.

Keywords: Knowledge. Ideas. Impressions. Experience.

REFERÊNCIAS

HUME, David. *Investigação a Cerca do Entendimento Humano*. Tradução Anoar Aiex. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dário. *História da filosofia: de Spinoza a Kant*. Tradução Ivo Storniolo. 3. ed. v. 4. São Paulo: Paulus, 2004.

ABBAGNANO. *História da filosofia*. Lisboa: Editora Presença, 2000.

MONDIN, Batista. *Curso de Filosofia*. Tradução Benôni Lemos. 10. ed. Vol. 2. São Paulo: Paulinas, 1981.

SALLES, Fernão de Oliveira. *David Hume: Associação de ideias, "cimento do universo"*. *Mente cérebro e Filosofia*. São Paulo. 2. ed. pp. 59-81.